A perspectiva do desenvolvimento local autogerido: a Policultura e a economia solidária como estratégias de sustentabilidade

Valkiria Trindade de Almeida Santos[1]
Márcio Roberto Ghizzo[2]
Márcio Mendes Rocha[3]

Resumo: As transformações territoriais mais recentes têm demandado por novas estratégias de sustentabilidade para a sociedade. Afinal, o território tem sido constantemente modificado segundo as demandas do sistema econômico hegemônico. Entretanto, a sustentabilidade, termo em evidência na atualidade, embora tratado, na maioria das vezes, de forma parcial, possui uma relativa complexidade devida, entre outros, a muitas possibilidades conceituais. Neste sentido, o objetivo do presente trabalho é sinalizar a desmistificação e a adequada aplicação do termo, bem como destacar a importância do desenvolvimento local e da policultura como instrumento real de sustentabilidade, ofertada como opção de ação, que pode viabilizar uma transformação substancial e qualitativa na vida das pessoas, constituindo um elo de compromisso social e ambiental.

Palavras chaves: sustentabilidade, território, desenvolvimento local, policultura.

Introdução:

O interesse por este tema e, mais necessariamente por este trabalho, nasceu após alguns anseios discutidos no ano de 2007, no grupo de estudos POTE - Diagnóstico de Potencialidades Locais, o qual reúne estudantes de Geografia de forma verticalizada, a saber, acadêmicos, mestrando, mestre e professor-pesquisador.

Diante das transformações territoriais contemporâneas, a sustentabilidade tem encontrado relevância. Porém, o uso deste termo tem, generalizadamente, pendido para a questão ambiental. Defendemos a premissa de que a sustentabilidade abarca, além deste informe, também aspectos da vida em sociedade, vinculados, entre outros, à Mobilidade Humana, à Geografia Regional e à Geografia Econômica.

Desta forma, estaremos neste trabalho sinalizando a desmistificação do uso e do conceito do termo sustentabilidade. Neste sentido, estaremos relacionando este conceito com o

[1] Mestranda em Geografia da Universidade Estadual de Maringá e membro do NEMO – Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização – valkiriats2006@gmail.com
[2] Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá, professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus Toledo e membro do NEMO – Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização. marcioghizzo@utfpr.edu.br;
[3] Doutor em Geografia Humana, professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Geografia – Mestrado – da Universidade Estadual de Maringá e coordenador do NEMO – Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização. mmrocha@uem.br

desenvolvimento local. Este *lócus* territorial tem, na atualidade, se tornado muito importante na consolidação das identidades e manutenção da vida da população, marcada, entre outros, por políticas de governança.

Entendemos que tratar de assuntos pertinentes à sustentabilidade das populações em seus territórios, pode ser otimizado quando contextualizado com estudos do conceito de Mobilidade Humana (ROCHA, 1998). Afinal, este conceito oferece condições de entendimento da dinâmica espaço-territorial das populações, vinculada diretamente com a dinâmica sócio-econômica local.

Em aspectos condizentes a este trabalho, estaremos centrando nossa abordagem na questão da agricultura familiar, procurando enfatizar aspectos do desenvolvimento rural e sustentável de alguns municípios que compõem o Consad Entre Rios (Consórcio de Segurança Alimentar de Entre-Rios). Este consórcio é composto por trinta e dois municípios. Porém, neste trabalho enfatizaremos apenas nove, a saber, Cidade Gaúcha, Cruzeiro do Oeste, Guaporema, Maria Helena, Nova Olímpia, Rondon, Tapejara, Tapira e Tuneiras do Oeste.

Os municípios elencados para este estudo compõem a dimensão territorial do Projeto Xetá, desenvolvido pela Universidade Estadual de Maringá, núcleo da Unitrabalho, cujo objetivo principal é desenvolver ações de sustentabilidade para estes municípios e sua população. Para tanto, a viabilidade do projeto é explicitada por meio de indicadores do projeto que destacam aspectos das inovações tecnológicas locais.

1. As abrangências e os limites do conceito de sustentabilidade.

Como salientamos anteriormente, muitas questões dos estudos territoriais perpassam, na atualidade, pelo uso do conceito de sustentabilidade. No entanto, é necessário estabelecer do que se trata este termo e, mais precisamente, no que condiz à ciência geográfica. Dependendo da finalidade, pode ser usada de diversas maneiras. Ao realizar-se uma pesquisa terminológica, essa palavra pode admitir várias adjetivações, a saber, ambiental, comercial, agrícola, política, econômica, social e educacional, entre outras. A utilização por determinada vertente científica exige uma respectiva adjetivação ao termo, de acordo com o momento e a situação necessária. Porém, devemos ser cautelosos para não restringir o uso de uma terminologia, não generalizando ao senso comum e/ou usando-a apenas como finalidade do sistema capitalista. O conceito de sustentabilidade é mais amplo e deve ser tratado adequada e cientificamente, ou seja, não pode ser um instrumento de manipulação para a reprodução de uma sociedade desigual e nem tampouco usado como modismo.

No intuito de ambientarmos a presente discussão e apresentarmos aspectos da situação geral da Terra, com ênfase pertinente a sustentabilidade do planeta, abrangendo aspectos naturais e

humanos, apresentamos parcialmente o documento Ciência & Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável, elaborado pela UnB – Universidade de Brasília, segundo o qual a situação do planeta pode ser resumida da seguinte maneira:

> A população mundial mais do que triplicou nos últimos anos cem anos; as atividades agrícolas, as cidades e as atividades de produção industrial e comercial transformaram metade da superfície do planeta: 10% da cobertura vegetal total da Terra não existe mais; cerca de 70% das florestas da Europa e da Ásia desapareceram; ¼ das espécies de aves foi extinto; cresce o efeito estufa... a camada de ozônio está sendo rapidamente consumida; aumenta a poluição do ar... a poluição, o desmatamento e a erosão causam a diminuição crescente da disponibilidade de água para o consumo humano; esgotos e lixos são jogados no meio ambiente (...), lixos sólidos não-degradáveis ou de difícil degradação... causam graves danos ao ambiente e à vida. (Fonte???)

No intuito de percebermos a gravidade da insustentabilidade da vida na Terra, podemos avançar por alcem das questões ambientais e relacioná-las com aquelas de cunho social, de modo a demonstrar que a sustentabilidade não é restrita ou limitada às questões do meio. Assim, a taxa de mortalidade infantil dos países desenvolvidos, pode ser um contexto de análise pertinente ao problema elencado.

BUSS[4] (2007) exemplifica em números a gritante disparidade na realidade das nações desenvolvidas e subdesenvolvidas:

> "A diferença na esperança de vida ao nascer alcança 27 anos entre os países mais ricos e mais pobres; a mortalidade infantil é de 100 por mil nascidos vivos nos menos desenvolvidos e de apenas seis por mil nos países de alta renda; e a diferença na mortalidade de menores de cinco anos é ainda maior: 159 por mil nascidos vivos nos países menos desenvolvidos e 6 por mil nos de renda alta." pagina da citação????

Isto demonstra que o conceito de Sustentabilidade não pode sofrer uma restrição de uso apenas na/da perspectiva ambiental, já que o ser humano faz parte do ambiente e que suas ações são determinantes para o coletivo. Não se deve, por exemplo, procurar uma solução específica apenas para os casos da sustentabilidade material, mas entender que existe uma realidade global e esta deve ser contemplada. Correa (2008), baseado em um estudo do Fundo Mundial para a Natureza, relata que uma das causas mais comprometedoras da manutenção da biodiversidade é a pobreza. Estes são apenas dois exemplos de como a Sustentabilidade não pode ser limitada à questão ambiental.

---

[4] Globalização, Pobreza e Saúde. Acessado em 15/03/2008 (www.scielosp.org/scielo);

Entretanto, é importante deixar claro que para a construção de uma logística de ação, a sustentabilidade pode possuir diversas dimensões, como por exemplo: Sustentabilidade social (princípio da equidade e distribuição de bens); Sustentabilidade Ecológica (princípio da solidariedade com o planeta); Sustentabilidade Econômica (princípio da organização material); Sustentabilidade Espacial (equanimidade das relações inter-regionais e na distribuição populacional entre o rural/urbano e o urbano); Sustentabilidade Político-Institucional (continuidade de qualquer curso de ação em longo prazo); Sustentabilidade Cultural (modulada pelo respeito à afirmação do local, do regional e do nacional, no contexto da padronização imposta pela globalização), mas que, todas essas ações são vinculadas ao princípio de melhorar a qualidade de vida dos seres humanos, não apenas em um determinado aspecto, mas em sua totalidade.

Haq (2008) alerta que, muitas vezes, o conceito de sustentabilidade é confundido com a renovação de recursos naturais, mas que este é apenas um dos aspectos do desenvolvimento sustentável. Lembra que, sustentabilidade é mais ampla, e deve ser entendida como equidade distributiva – de compartilhar oportunidades de desenvolvimento entre gerações presentes e futuras, assegurando equidade intrageracional e intergeracional, em termos de oportunidades. Então, não se deve apenas querer conservar os recursos naturais para as gerações futuras, já que a geração contemporânea possui grandes problemas, como por exemplo, de desigualdade social, de desigualdade na oferta de possibilidades, de exclusão social, de má distribuição de terras, de problemas urbanos, de insegurança alimentar e de assistência à saúde, entre outros.

Destaca o autor que os fatores sociais, políticos e culturais recebem a mesma atenção que os fatores econômicos. Segundo ele, a sustentabilidade é um dos componentes essenciais para o paradigma do desenvolvimento humano. Entretanto, existem outros três: equidade, produtividade e empoderamento. O primeiro traduz-se pela igualdade de oportunidades e não necessariamente de resultados, enquanto o segundo necessita ser alcançado por meio de investimentos nas pessoas e num ambiente macroeconômico que lhes permita alcançar seu potencial máximo. Por fim, o empoderamento seria retirar as pessoas e as nações pobres de situações de caridade permanente, pois isto não está de acordo, com a dignidade humana e nem sustentável.

Outro autor que contribui veementemente para a desmistificação do conceito de sustentabilidade é Veiga (2006) que destacou, desde 1987, um intenso processo de legitimação e institucionalização normativa da expressão “desenvolvimento sustentável”. E que foi nesse ano, na Assembléia Geral da ONU, que Gro Harlem Brutland, a presidente da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, caracterizou o desenvolvimento sustentável como um “conceito político” e um “conceito amplo para o progresso econômico e social”. O relatório ali lançado sob o título de *Nosso Futuro Comum* foi intencionalmente um documento político, que

procurava alianças com vistas à viabilização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a "Rio-92"[5]. Veiga elenca questões de vários aspectos para analisar a sustentabilidade, dentre as quais destacaremos apenas alguns:

- A possibilidade de alternativa à decadência ecológica na chamada "condição estacionária", de modo que a economia continuaria a melhorar em termos qualitativos, substituindo energia fóssil por energia limpa;
- O debate que fez surgir a expressão "desenvolvimento sustentável", nos anos 1960, que polarizou "crescimento econômico" *versus* "preservação ambiental";
- A reflexão[6] que afirma não encontrar evidência de que a qualidade ambiental tende a deteriorar o crescimento econômico e que isso se deve ao aumento da demanda (e da oferta) de proteção ambiental quando a renda nacional chega a níveis mais altos;
- A teoria de Georgescu[7], que defende a tese de a economia ser absorvida pela ecologia;
- Discute a noção de sustentabilidade, criada por Robert M. Solow[8], que possuía um ultra-otimismo tecnológico, que afirma a necessidade de garantir para as gerações futuras a capacidade de produzir.

Os pontos acima destacados servem para exemplificar quão complexa é a questão da sustentabilidade, que extrapola as questões ambientais e está inserida no contexto econômico e social da humanidade, implicando desde sua forma de adquirir matérias-primas e passando pela geração de energia, atingindo toda a estrutura, do manejo do solo até a outra extremidade do processo produtivo: o consumo.

---

[5] A reunião ficou conhecida como Rio-92, e a ela compareceram delegações nacionais de 175 países. Foi, ainda, a primeira reunião internacional de magnitude a se realizar após o fim da Guerra Fria. Os compromissos específicos adotados pela Conferência Rio-92 incluem duas convenções, uma sobre Mudança do Clima e outra sobre Biodiversidade, e também uma Declaração sobre Florestas. A Conferência aprovou, igualmente, documentos de objetivos mais abrangentes e de natureza mais política: a Declaração do Rio e a Agenda 21. Ambos endossam o conceito fundamental de desenvolvimento sustentável, que combina as aspirações compartilhadas por todos os países ao progresso econômico e material com a necessidade de uma consciência ecológica. Além disso, por introduzir o objetivo global de paz e de desenvolvimento social duradouros, a Rio-92 foi uma resposta tardia às gestões dos países do Sul feitas desde a reunião de Estocolmo.

[6] GROSSMAN, Gene M. & Alan B. Krueger. "Economic growth and the environment" . The Quartely Journal of Economics, maio 1995, vol. 110.
[7] GEORGESCU – ROEGEN, Nicholas. "Economy theory and agrarian economies". Oxford Economic papers, New Series, Fev , 1960.
[8] SOLOW, Robert. Growth Theory: an exposition. Oxford University Press, 2000 (2a.ed.).

Desde o advento do capitalismo a sociedade vem demandando por novas e sucessivas necessidades que evoluem para atender a reprodução ampliada do sistema hegemônico, e isto proporcionou efeitos ambientais que poderão comprometer não somente a economia dos países, mas a própria existência do homem. Nesta conjuntura, a sustentabilidade se faz urgente na tentativa de restaurar a possibilidade de vida digna tanto imediata, quanto para as futuras gerações. Sob essa ótica, fica evidente a não restrição da sustentabilidade ao limite do capital, mas na constante busca da melhora da qualidade de vida das pessoas como fim.

2. Desenvolvimento local: breve reflexão da reprodução estrutural ou construção alternativa

Em tempos de Globalização, quando o capitalismo atinge limites inimagináveis e os problemas se tornam proporcionalmente globais, percebe-se um movimento em direção ao desenvolvimento local como tentativa de solução a algumas questões. O nosso questionamento intenta levantar até que ponto a preocupação com o local está de acordo com a sustentabilidade ou, quando conveniente, se transforma num instrumento de escape para soluções aparentes.

Cabe-nos situar a importância do local enquanto um *lócus* de vivência e pertencimento das pessoas no território que habitam, bem como o relacionamento destas com a espacialidade referida e suas perspectivas com o lugar. Isso ultrapassa questões econômicas e envolve mais que auferir renda. Estas pessoas desejam constituir mais do que empresas e, apesar de necessitarem de um trabalho remunerado, ambicionam um desenvolvimento local sustentável para essa e as próximas gerações.

Como exemplo de desenvolvimento local "conveniente", podemos citar a crescente instalação de usinas de cana-de-açúcar no estado do Paraná (figura 1). Sobre o Histórico de Produção neste Estado, segundo a Alcopar[9] (Associação de Produtores de Álcool e Açúcar do Estado do Paraná), em 1991 haviam sido plantados 179.684 hectares de cana-de-açúcar, que produziram 235.827 toneladas de açúcar e 736.977 m³ de álcool. Já em 2007 foram plantadas 403.741 hectares, que produziram 2.178.076 toneladas de açúcar e 1.320.483 m³ de álcool.

Verifica-se que a área plantada de cana-de-açúcar no Paraná praticamente dobrou em dezesseis anos e que isto teve uma grande influência nas questões do desenvolvimento local, seja de forma positiva e/ou negativa. Em função desta produção demandar por uma grande extensão de terras, comprometendo a biodiversidade e caracterização territorial inicial, gera algumas centenas de empregos, predominantemente sazonais, e acaba monopolizando a estrutura econômica e social das cidades envolvidas, por vezes, deixando-as totalmente dependentes. Principalmente, se esta for

[9] Site acessado em 31/03/2008 - www.alcopar.org.br/estatisticas

a única opção de emprego. Tratando da acumulação do capital sob a questão local, Santos (2004) afirma que a sociedade a ser construída deve ser aquela em que todos participam, além da construção coletiva, também de seus resultados. Compreendemos que não adianta uma determinada sociedade local ser usada enquanto mão-de-obra apenas enquanto for conveniente. Mas e posteriormente? Quais serão as conseqüências? Relatamos abaixo, através da crônica *"Uma pergunta que não quer calar"*[10], a situação de um município, que encontra-se num estágio latente de um processo social que levará muitas pessoas ao desemprego e, consequentemente, evasão populacional, problemas de alcoolismo, miséria e falta de oportunidades.

> Ao analisarmos um determinado espaço não podemos perder de vista sua aplicação em função à qualidade de vida de seus habitantes...porém, fica claro hoje em dia a especulação em relação ao espaço, quem articula isso com a propriedade correta é Santos (2004, p.30) quando diz: "O espaço, portanto, tornou-se a mercadoria universal por excelência. Como todas as frações do território são marcadas , doravante por uma potencialidade cuja definição não se pode encontrar senão a posteriori, o espaço se converte numa gama de especulações de ordem econômica, ideológica, política , isoladamente ou em conjunto."

O autor continua...

> Ao visitar a Usina ... é impossível ficar incólume aos números que esse espaço expressa... Além de gerar 4600 empregos diretos. É impossível também não ficar deslumbrado com seu sistema de produção totalmente informatizado, com suas construções logisticamente organizadas para uma produção eficaz, ou até mesmo com os equipamentos de seus caminhões inteligentes... É impossível não achar saborosa a comida oferecida no seu refeitório... Porém, duas coisas me chamaram atenção... A primeira foi observar a planta cartográfica com as propriedades que produzem cana de açúcar para a empresa... uma amostra de como as propriedades na região estão todas envolvidas para a produção de cana-de-açúcar...daí me surgiu a primeira pergunta que não quer calar...até que ponto vale à pena colocar os ovos todos dentro da mesma cesta?...tudo bem que isso gera empregos sazonais e mesmo assim não consegue atender toda a demanda de mão-de-obra....além disso, como fica o comprometimento com o meio-ambiente? Como fica a estrutura fundiária do entorno?... mas daí me vem a segunda pergunta que também não quer calar... fica visível a chegada da máquina no corte da cana, substituindo o homem nesse trabalho fatigante... se fosse só do ponto de vista físico essa substituição seria maravilhosa... o problema é que aqueles que vivem com a renda que obtém com o corte da cana estarão desempregados dentro de pouco tempo...e para onde irão?...Daí nos recordamos novamente da função da terra... geração de trabalho e renda para a família...

Pelo exemplo mencionado, percebemos que existe uma grande diferença, a partir dos interesses estabelecidos, que tipo de desenvolvimento local será aplicado, ou seja, aquele que

[10] Crônica apresentada como avaliação na disciplina de Desenvolvimento Local do Programa de Mestrado da Universidade Estadual de Maringá, pela mestranda Valkiria Trindade de Almeida Santos.

atende apenas interesses de empresas nacionais e globais ou aquele que pretende contemplar a sociedade de forma integral. Porém, devemos esclarecer que há diferença entre as iniciativas empresariais que se desenvolvem "no" local, ao invés de trazer desenvolvimento "ao" local. No caso representado pela crônica, que poderia ser em qualquer município onde haja uma usina de álcool e açúcar, a "inclusão" das pessoas ocorre na medida em que se faz necessária para a reprodução do capital e, portanto, são "excluídas". Também quando não há mais interesse ou ocorre uma mudança estrutural, no caso, quando são substituídas pela máquina. Usando a concepção de Amartya Sem[11], gera a exclusão, criada pelo bloqueio de possibilidades e opções para a emancipação e auto-realização profissional e pessoal dos habitantes dos municípios envolvidos. Para que haja o desenvolvimento local, este deve ser pensado por e para a população. Esta se torna agente e não apenas elemento na construção social.

3. A Mobilidade Humana

Em relação às questões de Mobilidade Humana, destacaremos aqui algumas breves considerações sob o conceito ao qual fazemos acepção, desenvolvido por Rocha (1998), que auxiliarão no desvendamento desse processo. Segundo este autor, a mobilidade humana é fator preponderante na compreensão da dinâmica territorial, principalmente no que tange à dinâmica da população.

> A mobilidade enquanto categoria científica é utilizada constantemente para explicar os movimentos dos homens em suas mais diversas instâncias. Os estudos populacionais, as migrações e as mobilidades são noções que tratam de investigar a dinâmica do desenvolvimento das sociedades. No que concerne à geografia, busca-se o nexo territorial deste fenômeno tão amplo e complexo.[12]

O conceito de Mobilidade Humana, "é produto da interação de três ordens de mobilidade, quais sejam: mobilidade física...; mobilidade centrada no trabalho (da força de trabalho) e mobilidade social." (ROCHA, 1998, p.06). Enfatizamos que o conceito de Mobilidade Humana foi desenvolvido à luz do Marxismo, onde o desenvolvimento social e o econômico possuem papéis relevantes.

---

[11] Prêmio Nobel de Economia em 1998

[12] Rocha, Marcio Mendes. A Espacialidade das Mobilidades Humanas – Um Olhar para o Norte Central Paranaense. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, SP, 1998;

A Mobilidade Física tem seu uso referenciado pela quantificação de dados, os quais possibilitam a percepção da Mobilidade Humana através da mensuração de fluxos e/ou refluxos de contingentes de população, ou, ainda, da quantidade demográfica, seja absoluta, seja relativa.

Nesta ordem dos estudos de Mobilidade Humana, percebemos que se inserem diversas espacialidades, como as migrações rural-urbana, inter-urbana, inter-regional ou ainda internacional ou externa.

A segunda ordem de mobilidade que se insere no conceito de Mobilidade Humana é a Mobilidade Social, a qual refere-se a um movimento vertical no que tange à posição dos indivíduos nas classificações de classes sociais. Aplica-se, portanto, a tarefa de analisar, interpretar e compreender as mudanças que ocorrem na população, diante da posição ocupada na estrutura de classes.

A mobilidade de classe quer dizer mobilidade entre diferentes posições dentro de uma estrutura de classes entendida como a dinâmica de pessoas que, movidas por chances e estilos de vida distintos, obtiveram transferência de posição na estratificação de classes sociais.

A Mobilidade Social corresponde aos interesses do sistema capitalista, uma vez que os ideais de ascensão social da classe proletária condicionam formas e atitudes da massa de trabalhadores que legitimam a consolidação do sistema. Embora exista uma possibilidade de ascensão social à classe menos favorecida, esta se apresenta muito rarefeita quando comparada às condições daqueles que ocupam as posições mais privilegiadas na estrutura de classes.

A terceira ordem de Mobilidade Humana refere-se à Mobilidade Centrada no Trabalho. Diante das várias razões que levam os homens a se dinamizarem pelo espaço geográfico, é a questão do trabalho que exerce maior influência neste processo. Mais que isto, é esta ordem de mobilidade que veicula a concretização das ordens anteriores: a física e a social.

A mercantilização dos homens deveria ser vista como fato natural, pois cada indivíduo é dotado de uma "força de trabalho", entendida como uma mercadoria de posse do trabalhador capaz de produzir outras mercadorias a serviço do capitalista. À luz do marxismo, a Mobilidade do Trabalho somente será concebida como "mobilidade forçada", a partir da interação da mercantilização da força de trabalho como mercadoria e a submissão do trabalhador ao modelo de produção.

Porém, ressaltamos que o objetivo deste item não é tratar do assunto de forma exaustiva, mas fornecer uma ambientação de leitura desta temática que se apresenta no rol das ciências humanas de forma um tanto complexa[13].

---

[13] Para aqueles que desejarem uma leitura pormenorizada sobre o contexto da mobilidade humana, sugerimos a leitura de Rocha, 1998;

Percebemos, portanto, que a mobilidade de um individuo está relacionado a vários fatores: políticos, sociais, afetivos, morais e etc. Entretanto, é na questão econômica e mais especificamente no trabalho que se encontra as principais causas – atrativas e/ou repulsivas – deste movimento. Porém, todos estes aspectos se interagem, construindo para cada indivíduo um perfil diferente, de modo que este fenômeno apresenta singularidades importantes, fruto da história de vida de cada pessoa.

A mobilidade humana é percebida de forma mais veemente no processo de submissão do trabalho ao capital, a partir do conceito de mais-valia relativa e absoluta; de modo que a migração leva em consideração as contradições do processo social como sua principal manifestação e apresenta-se como um ato político.

Considerando estas implicações, percebe-se a complexidade de fatores que influenciam na mobilidade humana dos indivíduos. Pretendemos aqui, destacar a ordem que fundamenta a mobilidade social: a mobilidade do trabalho (da força-do-trabalho). Trata-se de uma mobilidade onde o individuo trabalhador se submete às premissas do capital. Desprovido do acesso ao trabalho, o individuo tem na venda de sua força-de-trabalho uma condição vital para si e sua família. (ROCHA 1998, GAUDEMAR, 1977)

No que concerne ao tema deste trabalho, podemos contextualizar com a situação de um município periférico que não apresenta condições de desenvolvimento local de forma integral e sustentável e, desta forma, encontra na mobilidade centrada no trabalho uma das poucas possibilidades de sobrevivência, embora incerta. Normalmente este movimento realiza-se numa rede urbana, no sentido periferia-centro e tem como objetivo principal a busca por emprego na cidade-pólo. É uma mobilidade horizontal, que interliga circuitos espaço-territoriais, seja no sentido campo-cidade ou cidade-cidade. Salientamos que é exatamente este processo que está em curso no caso das localidades que possuem em seu território as usinas de cana-de-açúcar, o qual fazemos menção neste trabalho.

A mobilidade humana verificada nos municípios periféricos pode acontecer sob duas situações que limitaram ou até mesmo, eliminaram qualquer chance de desenvolvimento sustentável para esses municípios. A primeira, diz respeito ao vazio demográfico que se desenha no lugar de origem, rompendo a tradição da agricultura familiar e comprometendo a função social da terra; a segunda se refere aos conflitos urbanos dos maiores centros que recebem essa população, figurados, entre outros, na marginalidade social, no aumento da criminalidade e no desemprego.

Entendemos que a importância desta breve explanação é devida pela íntima relação existente entre as condições de desenvolvimento sustentável da região estudada com os aspectos da mobilidade humana acima citados.

4. Agricultura Familiar Policultora

O objetivo deste item é apresentar resumidamente a iniciativa do Projeto Xetá como ação colaborativa na sustentabilidade da região em pauta. Este projeto legitima o investimento na agricultura familiar como forma de desenvolvimento local e principalmente no intuito de provocar o desenvolvimento sustentável integral através de geração de tecnologias de inclusão social.

O Projeto Xetá é desenvolvido pela equipe do núcleo da Unitrabalho da Universidade Estadual de Maringá, onde a perspectiva de intervenção se fundamenta na multidisciplinaridade. A equipe executora é constituída interdisciplinarmente por profissionais da área de Administração, Economia, Geografia, Sociologia, Psicologia, Zootecnia e Estatística, bem como outros profissionais que não fazem parte da equipe executora, mas são membros do núcleo e que trabalham de forma coletiva. A gênese deste projeto data de 2007 e é fruto de pesquisas sobre as questões relacionadas aos problemas de fixação do homem no campo, o que desencadeia um processo de esvaziamento populacional e consequentemente compromete o desenvolvimento sustentável.

Este Projeto contempla a microrregião CONSAD Entre Rios, que possui uma população total de 383.203 habitantes, sendo 287.607 habitantes dos espaços urbanos e 95.596 dos espaços rurais. (IBGE, 2000)

Os pesquisadores envolvidos no projeto consideram como ponto relevante a evolução da população dos municípios envolvidos e, para análise, escolheram os dados populacionais do período 1991-2000. Um dos pontos destacados foi que o processo de perda de população não havia cessado, embora nas décadas de 1970 e primeiro qüinqüênio da década de 1980, já houvesse esvaído praticamente metade da população. Isso evidenciou a dificuldade que estes municípios têm em apresentar condições de sustentabilidade e manutenção de sua população.

Os municípios elencados para serem trabalhados no projeto são: Cidade Gaúcha, Cruzeiro do Oeste, Guaporema, Maria Helena, Nova Olímpia, Rondon, Tapejara, Tapira e Tuneiras do Oeste, e estão sendo fortemente influenciados pelo cultivo da cana-de-açúcar, mas que também apresentam propriedades familiares que se dedicam a produção leiteira, embora em condições precárias. A quase totalidade destes municípios perdeu suas populações nas últimas décadas apresentando um índice mais acentuado quando refere-se à população rural.

Quadro 01 – Evolução da População dos Municípios da Microregião Consad Entre Rios - 1991 e 2000

Município	1991			2000		
	População Rural	População Urbana	População Total	População Rural	População Urbana	População Total
Cidade Gaúcha	1950	6522	8472	1850	7681	9531
Cruzeiro do Oeste	6906	16754	23660	4166	16056	20222
Guaporema	1174	1116	2290	1274	970	2244
Maria Helena	5566	2873	8439	3665	2719	6384
Nova Olímpia	1332	4065	5397	955	4325	5280
Rondon	4381	4266	8647	2695	5832	8527
Tapejara	3934	8123	12057	2608	10512	13120
Tapira	5262	3266	8528	2983	3299	6282
Tuneiras do Oeste	6715	4745	11460	3849	5164	9013

Fonte: Censo Demográfico – IBGE;

Esta região, já foi um dos maiores produtores de café no Brasil até o final da década de 1970. A base da economia, à época, estava sustentada sobre a cafeicultura, tendo como segundo produto o algodão. A partir da primeira metade da década de 1970, com a ocorrência de fortes geadas, em especial no ano de 1975, e com efeitos da política nacional de incentivo à erradicação de cafezais, a região passou por uma profunda crise econômica e social. Somado a isto, a modernização conservadora da agricultura paranaense, otimizou as alterações na estrutura fundiária, na pauta de produtos e na utilização de insumos.

O abandono da cultura e a erradicação em dos cafezais e, em seguida, com a decadência da produção de algodão em função de fatores de ordem biológica, houve uma reestruturação completa do sistema produtivo, provocando enormes conseqüências humanas, representadas principalmente pela mobilidade populacional. A maioria da população que migrou era formada por trabalhadores rurais, antes empregados nos cafezais e lavouras de algodão, e por pequenos proprietários eu ficaram desprovidos de suas terras.

Além das conseqüências da migração, com o esvaziamento populacional houve um processo de mudança na estrutura fundiária, com a concentração de terras em função da venda de propriedades por pequenos produtores de algodão e café. Esta população que antes ocupava o campo, formando um grande contingente de pequenos proprietários, assalariados rurais, meeiros e arrendatários, abandonou suas culturas e migraram em massa para o meio urbano em busca de trabalho.

A partir desta crise, a busca de alternativas passou a diferenciar as pequenas e grandes propriedades. Os grandes proprietários, em sua maioria, migraram da cultura do café para a pecuária de corte, enquanto as pequenas propriedades, onde a pecuária de corte é inviável, passaram a ser ocupadas com outras culturas, destacando-se a produção leiteira.

Desde a crise do café os agricultores familiares desta região estão em busca de alternativas viáveis para a sua sustentabilidade de sua população. Da produção leiteira, passando pela produção de cereais, pela fruticultura e pela sericicultura, a agricultura familiar vem buscando alternativas sem, no entanto, um planejamento racional para o uso de seu território.

A região, a partir do início da década de 1980, passou a assistir ao início e a consolidação do cultivo da cana-de-açúcar, com a implantação de sete usinas de álcool e açúcar. Algumas delas tiveram sua origem na organização de cooperativas de agricultores que, em função dos problemas de gestão, passaram a ser absorvidas por empresas privadas.

O cultivo de cana-de-açúcar nas propriedades empreendeu o surgimento de mais um processo de monocultura, absorvendo grandes quantidades de terras e de propriedades. Surge, então, uma nova forma de exploração, em especial de pequenas e médias propriedades: o arrendamento. Grandes quantidades de agricultores passaram a arrendar suas terras para as usinas, deixando de explorá-las diretamente.

A tendência à adoção de monoculturas avançou, nos anos mais recentes, também para o cultivo de mandioca e de soja e, da mesma forma que a cana-de-açúcar, trouxe o arrendamento.

O processo de identidade do território-região possui vários fatores favoráveis à construção do desenvolvimento local. Os municípios participam na mesma microrregião homogênea e se organizam numa mesma associação de municípios, a Amerios. A formação histórica de todos os municípios possui bases semelhantes: da colonização da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, à adoção do cultivo do café e do algodão até suas erradicações.

A estrutura fundiária de todos os municípios é bastante semelhante, com um número acentuado de grandes propriedades que adotaram a pecuária de corte e, mais recentemente, também o cultivo de soja. A exceção fica por conta da maior predominância de grandes propriedades no município de Cidade Gaúcha.

As organizações da região também possuem a mesma dimensão territorial: diocese, microrregião, Sindicatos Rurais e órgãos do governo estadual e federal. A origem da população também possui muitas semelhanças, em especial as migrações do Nordeste, de Minas Gerais e de São Paulo. Com isso a diversidade cultural também é característica em todos os municípios. A região possui 24.477 famílias de agricultores familiares, segundo dados apresentados pelo escritório regional da EMATER, de Umuarama.

A agricultura familiar no Paraná e praticamente todo Sul do País, apresenta índices crescentes de envelhecimento e de masculinização, provocados pelo êxodo rural em função da baixa qualidade de vida no campo, pela baixa renda familiar e pela falta de perspectivas sociais e econômicas da população.

5. O Projeto Xetá como estratégia de ação sustentável.

O objetivo deste projeto, desenvolvido na região pelo núcleo da Unitrabalho da Universidade Estadual de Maringá é formar extensionistas que vivem nas propriedades familiares e desenvolvem atividades no setor leiteiro. Esta formação deve ter como foco a gestão participativa das unidades produtivas (agricultores familiares) à luz dos preceitos da economia solidária, orientando os trabalhos para a formalização, junto aos produtores e seus familiares, de uma associação e/ou cooperativa regional, visando integrar os proprietários/produtores familiares dos nove municípios da microregião CONSAD Entre Rios. A região em pauta se caracteriza como um importante corredor entre dois municípios-pólos: Umuarama e Cianorte.

Verifica-se nesta região um intenso uso do solo no cultivo da cana-de-açúcar que se impõe de forma monocultora. O estímulo e otimização de uma produção mais diversificada para as unidades produtivas familiares deve ampliar a possibilidade de criação de trabalho e renda da população desta abrangência territorial.

Pretendemos neste projeto estimular e capacitar jovens trabalhadores do campo (estudantes que receberão bolsas de estudos) para que introduzam, a partir de seu cotidiano na propriedade, novas perspectivas de gestão e produção visando otimizar os ganhos na propriedade valorizando as atividades produtivas regionais

Uma rede de integração/interação será constituída entre as unidades produtivas atendidas no projeto, buscando a construção de sinergias no âmbito da produção, circulação e consumo dos produtos. Os jovens extensionistas terão papel fundamental para a organicidade desta ação. Deste processo de formação pretende-se ainda, posteriormente, escrever um livro junto aos extensionistas que retrate sua experiência nos dois anos de projeto, pontuado com reflexões teóricas dos pesquisadores envolvidos. Pretende-se apresentar os olhares das áreas científicas envolvidas quanto ao problema de qualificação dos trabalhadores nas propriedades familiares e a perspectiva de retenção destas populações no campo.

5.1 Metas:

I – Capacitar produtores: a formação extensionista de produtores familiares é uma ação importante, pois vincula o conhecimento e as práticas com o cotidiano vivido;

II – Consolidar uma rede de integração/interação: a perspectiva da ação integrada entre produtores familiares estabelece melhores condições de intervenção no mercado. As ações propostas, sendo balizadas pelos preceitos da economia solidária poderão inserir estes produtores num circuito alternativo de produção, circulação e consumo.

III – Otimizar a produção de leite e derivados: Atitudes simples de mudança de hábitos nas rotinas de produção. A introdução de uma gestão mais eficiente da propriedade, o conhecimento de práticas e ações apresentadas por um membro da família, pode trazer um impacto qualitativamente diferente na produção das propriedades elencadas no projeto. A consciência de novas práticas e sua efetiva implantação estará no corpo desta proposta. Quanto os bolsistas/extensionistas, estes desenvolverão o projeto de intervenção em suas propriedades.

IV – Melhorar a renda familiar: A melhoria da renda dos produtores familiares eleva o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) dos municípios e produz efeito comparativo entre outros produtores que, constatando a otimização da produção e um aumento efetivo da produtividade, poderão se agregar a este novo circuito alternativo de uma economia solidária.

5.2 Indicadores de avaliação do progresso técnico-científico do projeto[14]:

Quando da montagem do projeto de intervenção pelos bolsistas/extensionistas, buscaremos quantificar a produção, qualificar o produto e, se for o caso, avaliar a diversidade de produtos derivados. Poderemos estabelecer no tempo para a montagem do projeto de otimização, um acompanhamento na medida em que as práticas forem sendo implantadas.

5.3 Justificativas para a realização do projeto:

Na região dos municípios em questão, o produtor policultor tem observado a expansão crescente dos plantios de cana, que transformam a paisagem das áreas agrícolas. Essa realidade vem se expandindo em ritmo acelerado, incorporando espaços rurais que anteriormente eram destinados ao cultivo de diversas culturas, principalmente os produtores rurais familiares da região.

Observa-se que atualmente vários produtores estão realizando o arrendamento de seus espaços de terra para as usinas de açúcar e álcool, pois que num primeiro instante garante uma renda maior para a sobrevivência de sua família.

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA existem no país cerca de 370 unidades produtoras de açúcar e álcool cadastradas sendo 240 unidades mistas, 114 produtores de álcool e 15 produtoras de açúcar, mas, estimas-se que até a safra 2012/2013 o país terá 409 unidades produtoras no total.

---

[14] ***Indicadores são sinalizadores de alcance da meta desejada. Podem ser traduzidos em número, percentual, descrição de processos ou fatos que indiquem a mudança qualitativa e/ou quantitativa de uma condição específica.***

O país pode ser dividido em duas principais áreas produtoras: a região Norte/Nordeste e a região Centro/Sul. Contudo o Estado do Paraná vem crescendo sua média de produção que chegou a 27.936.844 toneladas de cana moída, ficando somente atrás da produção paulista.

Como mostra a figura 1, no caso paranaense, a concentração do setor sucroalcooleiro está na região Norte do Paraná com maior incidência na região Noroeste. Ao todo, de acordo com a Associação de Produtores de Açúcar e Álcool do estado do Paraná – ALCOOPAR, a região Norte possui 29 unidades em funcionamento (09 destilarias e 20 usinas) e 03 usinas em construção, no total 552.412 hectares ocupados: a terceira maior área do Estado, no grupo formado pelas lavouras de verão. A liderança cabe à soja e ao milho com 3,93 e 1,32 milhões/hectares. (DERAL-Departamento de Economia Rural / SEAB –Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná)

Figura 01: Espacialização do setor sucroalcooleiro do Paraná com destaque às usinas de açúcar e álcool dos municípios de Cidade Gaúcha, Tapejara e Perobal

Fonte: ??????????????

O objeto de estudo e desenvolvimento do projeto será as cidades supra citadas, instaladas em regiões onde IDH é menor que a média paranaense. O projeto é de fundamental importância tendo em vista que cria possibilidades de ampliação e inserção dos trabalhadores atendendo a demanda por atividades que geram trabalho e renda. Além de fortalecer suas atividades retendo o homem no campo, diminuindo o êxodo rural e proporcionando condições de diminuição da

repulsão da população, minimizando a mobilidade física e gerando condições da mobilidade social ascendente.

O projeto também deve contribuir na tentativa de trazer novas perspectivas de fortalecimento das atividades dos pequenos agricultores, valorizando a agricultura familiar, visto que a região noroeste é composta por muitos pequenos proprietários rurais, além de valorizar a produção local e estimular a diversificação da produção agrícola, condicionando uma sustentabilidade territorial satisfatória.

Considerações Finais

No decorrer do presente trabalho foi plausível verificar que o desenvolvimento sustentável só acontece efetivamente em sua forma integral, ou seja, ao contemplar a inclusão social. Quando políticas públicas tentam, de alguma forma privilegiar apenas a questão ambiental, está "praticando" um desenvolvimento parcial, limitando a potencialidade e viabilidade deste conceito. A partir da inclusão das pessoas, principalmente nas questões relacionadas à geração de trabalho e renda é que poderá efetivar-se o pleno desenvolvimento dos espaços territoriais e, desta forma, tornar-se sustentável ou gerar sustentabilidade no sentido próprio da palavra.

Entendemos que estas reflexões contribuem para a formação subjetiva de cada individuo envolvido no mérito desta questão. Afinal, a sustentabilidade deve ser tratada como forma de promoção do homem e não apenas de contenção de impactos ambientais.

A dinâmica do homem pelo espaço geográfico possui a competência de revelar aspectos de ordens econômica, social, política e ambiental que sinalizam para uma maior compreensão das transformações territoriais mais recentes. É neste sentido que abordamos em nossos estudos o conceito de Mobilidade Humana, sob o qual delineamos nossas reflexões.

Por fim, numa iniciativa da Unitrabalho/UEM, profissionais de diversas áreas têm atuado na região Consad Entre Rios no intuito de promover a sustentabilidade local, tendo, como principal estratégia, o projeto Xetá. Trata-se de uma iniciativa de um grupo de pesquisadores que objetivam, entre outros, fixar o homem em seu lugar, fortalecendo o sentimento de pertencimento e sendo incentivado pela ascensão e prosperidade sócio-econômica.

Referências

BUSS, Paulo Marchiori – *Globalização, Pobreza e Saúde*, Ciência & Saúde Coletiva, vol.12, nº 6, Rio de Janeiro: 2007;

Consórcio CDS/UnB – *Abipti – Ciência & Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável*, Brasília, 2000;

CORREA, Volnei Alves, *Economista, Administrador*, Mestrado em Administração pela Universidade de Syracuse, NY, USA: Consultor Organizacional. (2008)???

GAUDEMAR, Jean P. *Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital*. Estampa: 1977;

HAQ, Mahabub – *Introdução ao Desenvolvimento Humano: Conceitos Básicos e Mensuração – O Paradigma do Desenvolvimento Humano* – PUC. Minas Virtual: 2008.

ROCHA, Márcio Mendes Rocha – *A espacialidade das Mobilidades Humanas – Um olhar para o norte central paranaense*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1998;

SANTOS, Milton – *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004;.

SEM?????

VEIGA, José Eli da, *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006 2ª edição.